

# **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro  
Parlamentar**

**Relatório**

**4º Bimestre/2022**

**(janeiro a agosto de 2022)**

**CDDHCEDP**

**Brasília/DF**

**Setembro/2022**

## **Composição da Comissão**

### **Membros Titulares**

Deputado Fábio Felix - Presidente

Deputado Agaciel Maia - Vice-Presidente

Deputada Jaqueline Silva

Deputado Reginaldo Sardinha

Deputado Iolando

### **Membros Suplentes**

Deputado Leandro Grass

Deputado Robério Negreiros

Deputado Júlia Lucy

Deputada Martins Machado

Deputado Valdelino Barcelos

### **Servidores da Comissão**

Gabriel Santos Elias – Secretário da Comissão

Janaína Bittencourt – Assessora da Comissão

Gabriela Tunes da Silva – Consultora Legislativa

Thiago Bazi Brandão – Consultor Técnico-Legislativo – Assistente Social

Natália Daniela de Sousa - Consultora Técnico-Legislativa – Assistente Social

Cleide Soares – Técnica Legislativa

Carlos Hiago Marques de Souza - Assessor

Tamires dos Anjos Silva – Estagiária de Serviço Social

Leticia Lima Cardoso – Estagiária de Sociologia

## **Relatório Bimestral – 4º Bimestre/2022**

**(acumulado janeiro a agosto)**

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP), conforme o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no seu artigo 67, parágrafo 2º tem como prerrogativa:

§ 2º A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar fará relatório bimestral sobre as atribuições previstas nos incisos I a IV deste artigo.

Em face disso, elaboramos este material com vistas a dar publicidade e transparência às ações realizadas pela Comissão.

Registra-se que compete a Comissão realizar, conforme o mesmo artigo 67 do Regimento Interno da CLDF, as seguintes ações:

I – investigar denúncias de violação dos direitos humanos ou cidadania;

II – articular-se com entidades públicas ou privadas de defesa dos direitos humanos e cidadania, bem como com órgãos públicos de segurança e defesa civil, em esforço conjunto para minimizar as causas da violência;

III – promover simpósios, congressos, conferências, seminários ou assemelhados com a sociedade, na busca de soluções contra a violência;

IV – visitar, periodicamente:

a) delegacias, penitenciárias, casas de albergado;

b) centros de triagem, asilos, casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;

c) lugares onde se abrigam pessoas sem moradia;

d) vítimas ou familiares de vítimas falecidas que, em razão do crime, não possuem o mínimo de condições necessárias para a sobrevivência;

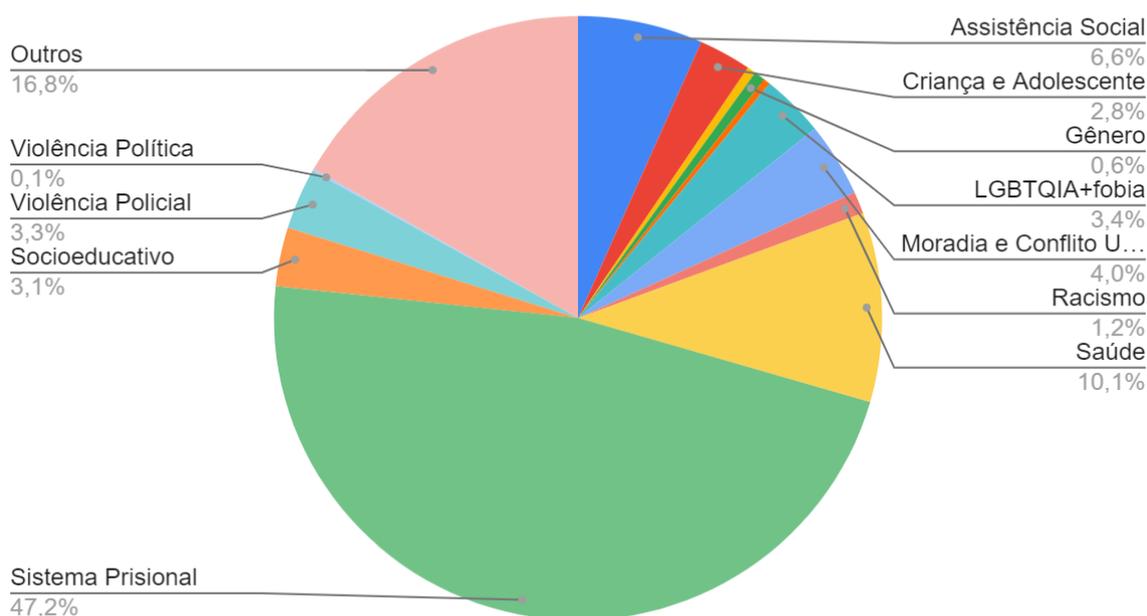
Na Comissão, de Janeiro a Agosto de 2022, foram recebidas e registradas 858 demandas que foram classificadas da seguinte forma:

**Tabela 1- Classificação de Demandas de 2022**

<b>NATUREZA DA DEMANDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Assistência Social	57
Criança e Adolescente	24
Educação	4
Gênero	5
Idoso	3
LGBTQIA+fobia	29
Moradia e Conflito Urbano	34
Racismo	10
Saúde	87
Sistema Prisional	405
Socioeducativo	27
Violência Policial	28
Violência Política	1
Outros	144
Total	858

Gráfico 1 – Classificação das Demandas

## QUANTIDADE



Das demandas apresentadas foram produzidos 850 ofícios dirigidos às organizações públicas do Distrito Federal solicitando a análise das demandas, assim como a identificação das providências cabíveis. Outras medidas foram tomadas como contatos por telefone, e-mail, redes sociais, no sentido de oferecer agilidade ao atendimento e encaminhamento das necessidades das pessoas atendidas.

**Tabela 2 – Órgãos acionados**

<b>ÓRGÃO ACIONADO</b>	<b>NÚMERO DE OFÍCIOS</b>
CAESB	3
CODHAB	4
CONSELHO TUTELAR	2
DECRIN	6
DEFENSORIA	39
DETRAN	3
DF LEGAL	19
HUB	2
MPDFT	57
NEOENERGIA	1
NUPRI	132
PCDF	23
PMDF	16
ORGANIZAÇÃO PRIVADA	12
PROEDUC	4
SEAGRI	0
SEAPE	115
SEDES	76
SEC. CULTURA	2
SEC. ECON	3
SEC. ESTADO E GOVERNO	2
SEC. ESPORTE	1
SEC. TRAB	1
SEE	34
SEJUS	43
SES	82
SEMOB	2
SLU	2
SSP	49

TJDF	4
TRE	1
UNB	1
VEP	297
VEP E NUPRI	23
VEP e SEAPE	7

No mesmo sentido das demandas que são mais recorrentes nas áreas do sistema prisional, saúde e assistência social, observamos que os órgãos mais acionados são a Vara de Execução Penal, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Tabela 3 – Respostas Recebidas

<b>STATUS DA RESPOSTA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
<b>Respondidas no Prazo</b>	205	42,17%
<b>Respondidas com Atraso</b>	156	
<b>Sem Resposta</b>	495	57,83%
<b>Total Registradas</b>	856	100,00%

Recebemos a resposta de 361 demandas, o que demonstra a melhoria da comunicação interinstitucional dada pelo uso do Sistema Sei e pelos contatos por e-mail e redes sociais.

Os desafios relacionados à defesa dos direitos humanos estão relacionados ao sistema prisional, e ao acesso aos direitos de saúde e assistência social. Destacam-se também demandas relacionadas a abuso de autoridade e violência a policial.

Os dados demonstram a necessidade de promover mais ações de articulação da rede de políticas públicas, ampliação das equipes de trabalho nas áreas de saúde e assistência, capacitação voltada para abordagens mais humanizadas por parte da polícia e por práticas de ressocialização e inclusão social de internos do sistema prisional e pessoas em situação de rua.

## Anexo – Detalhamento da natureza das demandas

<b>Descrição da Demanda</b>
HRAN sem médico Neurologista para pacientes que sofreram AVC.
Agressão entre profissionais da saúde dentro de hospital.
Homofobia em Academia.
Denúncia contra a perícia médica do Ministério da Saúde.
Agressão á interno na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião.
Isenção para vestibular da UnB negada.
Problema na senha para visita no site do sistema penitenciário.

Solicita auxílio emergencial.

Agressão à passageiro no aeroporto.

Unidade de internação de Santa Maria sem o scanner para revista de visitantes.

Abuso contra internos na Unidade de Internação Santa Maria.

Solicitação de papa lixo para acampamento.

UPA de sobradinho superlotada.

Constrangimento no atendimento do IML.

Maus tratos no PDF 1.

Maus tratos no CIR.

Tortura no Complexo da Papuda.

Encerramento de atendimento no hospital universitário.

Medicamento em falta nos hospitais públicos.

Denúncia de maus tratos contra agente penitenciária.

Maus tratos em presídio feminino.

Denúncia de maus tratos contra agente penitenciária.

Pedido de atendimento e acompanhamento psiquiátrico.

Pedido de atendimento médico.

Negligência médica.

Agressões na Unidade de Internação de Adolescentes de Santa Maria

Maus tratos no CFP.

Superlotação no HRAN.

Superlotação no Hospital Santa Maria.

Superlotação no HRC.

Direção cria banheiro PNE em escola, é atacado por pais.

Violência Institucional no HSVP

Unidade de internação São Sebastião sem scanner para visitas.

Encerramento de atendimento no HUB.

Agressão transfóbica.

Demanda por central Judicial do Idoso

Erro em reconhecimento facial da PCDF.

DF legal toma pertences de acampamento.

Demanda por celeridade no INSS.

Vítima de agressão demanda encaminhamento ao IML.

Interno do Sistema Penitenciário demanda por atendimento médico.

Falta de atendimento na UBS 06 de Taguatinga.

Abordagem truculenta da polícia e do Df legal em águas claras.

Abordagem truculenta da Polícia Militar do DF no setor comercial sul.

Demanda por reintegração de posse em acampamento.

PMs atiraram 58 vezes contra suspeitos .

. Demanda por moradia em conflito.

Racismo em supermercado.

Racismo em shopping.

Denúncia de formação de milícia no Guará.

Recusa de matrícula escolar à criança com deficiência.

Superlotação do HRSAM.

Solicitação de informações da FUNAP.

Denúncia de contaminação de COVID19 no local de trabalho.

Desocupação.

Racismo no Sistema Judiciário.

Problema com Passe Livre Estudantil

Adolescente morto em ação da PM.

Demanda por bolsa patrocínio para atleta.

Denúncia de Superlotação em presídio.

Agressão motivada por racismo.

Denúncia de violação de direitos autorais.

Ação Judicial - Desocupação administrativa de Associação.

Discordância de valor quanto à cobrança feita pela Neoenergia.

Tortura no Sistema Prisional.

Imóvel CODHAB entregue sem condições de moradia.

Denúncia contra prisão preventiva.

Agressão no Sistema Penitenciário.

Risco de transmissão de COVID19 no Sistema Prisional.

Assédio na unidade socioeducativa de São Sebastião.

Agressão na Unidade de internação Santa Maria.

Agressão no Sistema Prisional.

Violência contra idoso.

Derrubada de acampamento.

Trata-se de pedido de reavaliação do processo criminal.

Falta de atendimento no SEJUS.

Processo tutelar de criança.

Vaga para matrícula na escola.

Perseguição dentro da Polícia Militar.

A Associação de Ambulantes do Sistema Penitenciário sofre maus tratos.

Racismo e homofobia no CEF Polivalente.

Atraso nos benefícios assistenciais.

Solicita sepultamento pela SEDES

Internas do sistema prisional feminino, que estão trabalhando solicitam que autorização da entrada com cílios postiços e unha pintada.

Plano de Saúde nega beneficiários com deficiência.

Exigência de 3 doses da vacina contra COVID19 impede visita no sistema penitenciário.

Polícia prende protestantes.

Solicitação de água para acampamentos.

Compartilhamento de *fake news* sobre HIV.

Falta de atendimento HRSAM.

Impedimento da entrada de visitantes com alongamento de unha e cílios no sistema penitenciário.
Racismo na escola.
Mercado não respeita direitos trabalhistas.
Abordagem violenta da Polícia Militar.
Conflito civil.
Risco de contaminação em Universidade.
Superlotação no Hospital de Base.
Falta de atendimento na UPA II de Sobradinho.
Demanda por cirurgia de urgência.
Violência contra pessoas em situação de rua.
Pacientes ortopédicos esperando por cirurgia nos corredores do Hospital de Base.
Falta de atendimento no CRAS Santa Maria.

Proibição de fantasia em escola primária.

## **PROCESSO LEGISLATIVO**

No quarto bimestre de 2022, 56 proposições tramitaram na Comissão de Direitos Humanos para relatoria com parecer de mérito, sendo 1 Projeto de Lei do Poder Executivo, 49 projetos de lei de Deputados Distritais e 6 Indicações de deputados solicitando providências do Poder Executivo. 15 proposições estão em fase de designação de relatorias, 18 concluídas, prontas para votação na Comissão, 22 estão em fase de elaboração de parecer 1 foi aprovada em Plenário e já é Lei.

## **PRÊMIO MARIELLE FRANCO DE DIREITOS HUMANOS**

Em 2019, a Comissão instituiu o Prêmio Marielle Franco de Direitos Humanos, que é um reconhecimento público e oficial da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo trabalho de defensoras e defensores de direitos humanos em diversas áreas de atuação. Esse reconhecimento público da atuação e trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal busca também incentivar que mais pessoas, organizações e servidores públicos se engajem na defesa dos direitos humanos. Marielle Franco era mulher negra, mãe, bissexual, cria da maré, defensora dos direitos humanos, socióloga e mestra em administração pública. Em 2017, tornou-se a terceira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro pelo PSOL e presidenta da comissão da mulher da câmara municipal. No dia 14|03|2018 foi assassinada em um atentado político na cidade do Rio de Janeiro. Quem mandou matá-la não imaginava, mas a Marielle era semente e a luta por direitos, proteção à vida e à dignidade reverberou pelo Brasil, com repercussão em todo o mundo. Um dos objetivos desta premiação é defender e espalhar a sua memória para que mais Marielles possam surgir e mudar a realidade em que vivemos.

Em 14 de março de 2022, foi realizada a sessão solene de premiação da 3ª edição do Prêmio Marielle Franco, agraciando 13 iniciativas em 6 categorias: organização da

sociedade civil; ativistas; serviço público; arte e cultura; academia; e empresa. Lista dos premiados de 2022:

### **1. Organização da sociedade civil**

Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos Coletivo das Cidades

### **2. Ativistas**

Deborah Duprat

Deise Benedito

Lydia Garcia

### **3. Serviço público**

Luisa de Marilac - Promotora de Justiça

Kyola de Araujo Costa Vale - Médica Psiquiatra da Secretaria de Saúde

Chicão São Sebastião - Centro Educacional São Francisco

### **4. Arte e Cultura**

Outro Calaf

Coletivo Backstage

### **5. Academia**

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

### **6. Empresa**

Escola da Árvore

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Ao longo do primeiro semestre de 2022, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar incluiu no site da CLDF uma série de publicações educativas em direitos humanos para fortalecer a disseminação e a compreensão das áreas relacionadas a direitos, abrangendo cartilhas, guias, legislação e orientações práticas, com esclarecimentos sobre os distintos canais de atendimento.

A área no portal da Comissão de Direitos Humanos é constantemente atualizada com novas publicações e pode ser acessada pelo link <https://www.cl.df.gov.br/web/quest/publicacoes>

Com o intuito de sensibilizar a população para acessar direitos e reduzir a violação de direitos humanos, foram impressas as seguintes publicações, também disponíveis no link acima:

<b>Publicação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>PDF</b>
Cartilha “Eu Protejo”	1.000	<a href="#">Acesse aqui</a>
Folder “Direito à Moradia”	1.000	<a href="#">Acesse aqui</a>
Cartaz “Pesquisa Identidade de Gênero e Orientação Sexual no DF” (parceria Codeplan)	200	<a href="#">Acesse aqui</a>
Folder “Pesquisa Identidade de Gênero e Orientação Sexual no DF” (parceria Codeplan)	1.800	<a href="#">Acesse aqui</a>
Folder “DF Sem Tortura”	2.000	<a href="#">Acesse aqui</a>

## **LEGISLAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

A Comissão está fazendo o acompanhamento da legislação brasileira, das normas produzidas pelo Distrito Federal e dos acordos e tratados internacionais em Direitos Humanos, com atualização da compilação pelo portal da CLDF, com disponibilização pelo link <https://www.cl.df.gov.br/web/quest/legislacao-de-direitos-humanos>, de forma a facilitar o acesso ao conjunto de normas de apoio à garantia de direitos à população e de apoio a estudiosos e profissionais da área.

## **PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA CDDHCEDP EM CONSELHOS E COMITÊS EXTERNOS**

A Comissão participa de conselhos e comitês externos, defendendo as pautas dos direitos humanos e as contribuições à formulação de políticas públicas e sociais que avancem na proteção, garantia e promoção dos direitos nos segmentos em que

atua. A efetiva e contínua participação da Comissão ocorreu nos conselhos abaixo, tendo também representado a CLDF em eventos e reuniões externas, presenciais e virtuais, a convite de instituições relacionadas aos direitos humanos.

<b>CONSELHO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CDPDDH (SEJUS) (2021/2023)	Gabriel Santos Elias - titular Wesley Silva Carvalho - suplente	CLDF/CDDHCEDP
Conselho Comunitário da Universidade de Brasília (2022)	Gabriel Santos Elias - titular	CLDF/CDDHCEDP
Conselho Regional de Cultura do Plano Piloto - Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal (GDF) (2021-2024)	Cleide Cristina Soares - titular	Sociedade civil

#### **EVENTOS REALIZADOS PELA COMISSÃO OU EM PARCERIA**

<b>EVENTO</b>	<b>DATA / LOCAL</b>	<b>PARCERIA</b>
Oficina “Engajamento da sociedade civil na prevenção à tortura no DF”	05 a 14/05/2022 - CLDF	Instituto Veredas
Feira de Artesanato dos Direitos Humanos	16 a 19/08/2022 - CLDF	Artesãs da Estrutural

## COMITÊS INTERNOS DA CLDF COM PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO

<b>Comitê/Grupo</b>	<b>Servidor</b>	<b>Atuação</b>
Comitê de Planejamento Estratégico Institucional responsável pelo Planejamento Estratégico da CLDF (2021-2030)	Thiago Bazi	Coordenou a pesquisa de diagnóstico externo e parceria com a Codeplan
Comitê de Estratégia da Tecnologia da Informação	Gabriela Tunes Thiago Bazi	Análise e deliberação sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação com ênfase no desenvolvimento de sistemas para a área de legislação, fiscalização e participação cidadã.
Comitê de Análise do Adicional de Qualificação	Thiago Bazi	Coordenação da análise de títulos de servidores
Comitê Gestor de Sustentabilidade - Ecolegis	Thiago Bazi	Campanhas e educação ambiental
Comitê de Estágio Probatório	Thiago Bazi	Avaliação de servidores
Programa Conhecendo o Parlamento	Thiago Bazi	Orientação aos participantes

Em, 05 de setembro de 2022.

**Gabriel Santos Elias**

Secretário da CDDHCEDP

